



ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	21
1.1. Noção de Direito do Trabalho	21
1.2. Objeto do Direito do Trabalho	22
1.3. Âmbito do Direito do Trabalho	22
1.4. Evolução histórica	23
2. FONTES DE DIREITO DO TRABALHO	27
2.1. Fontes internacionais	27
2.1.1. As convenções e recomendações da OIT	27
2.1.1.1. <i>A Organização Internacional do Trabalho</i>	27
2.1.1.2. <i>A estrutura da Organização Internacional do Trabalho</i>	28
2.1.1.3. <i>As normas internacionais do trabalho</i>	28
2.1.2. A Declaração Universal dos Direitos do Homem	29
2.1.3. A Convenção Europeia dos Direitos do Homem	30
2.1.4. A Carta Social Europeia	31
2.1.5. O Direito da União Europeia	32
2.2. Fontes internas	33
2.2.1. Constituição da República Portuguesa	33
2.2.2. Código do Trabalho e demais legislação laboral	35
2.2.3. Instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho (irct)	35
2.2.3.1. <i>Irct negociais: a convenção coletiva de trabalho</i>	36
	11



ÍNDICE

2.2.3.2.	<i>Irct negociais: o acordo de adesão</i>	48
2.2.3.3.	<i>Irct negociais: as decisões de arbitragem voluntária</i>	48
2.2.3.4.	<i>Irct não negociais: a portaria de extensão</i>	49
2.2.3.5.	<i>Irct não negociais: a portaria de condições de trabalho</i>	49
2.2.3.6.	<i>Irct não negociais: as decisões de arbitragem obrigatória e necessária</i>	50
2.2.4.	Os usos laborais	51
2.3.	Hierarquia das fontes de Direito do Trabalho	51
3.	INTERPRETAÇÃO E APLICAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO	53
3.1.	O princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador	53
3.2.	Concorrência de “normas”	55
3.3.	Aplicação da lei no tempo e no espaço	63
3.3.1.	Aplicação da lei no tempo	63
3.3.2.	Aplicação da lei no espaço	65
4.	OS SUJEITOS DA RELAÇÃO LABORAL	69
4.1.	O trabalhador e o empregador	69
4.1.1.	O trabalhador	69
4.1.2.	O empregador	69
4.2.	As estruturas de representação coletiva dos trabalhadores e dos empregadores	72
4.2.1.	Associações Sindicais	72
4.2.2.	Comissões e subcomissões de trabalhadores	74
4.2.3.	Associações de empregadores	75
5.	CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO	77
5.1.	Noção e características	77
5.2.	Contrato de trabalho e contrato de prestação de serviço - distinção	78
5.2.1.	Aspetos gerais	78
5.2.2.	A presunção de laboralidade	84
5.2.3.	Notas sobre a ação especial de reconhecimento da existência de contrato de trabalho	86

6. FORMAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO	87
6.1. Direito ao trabalho e liberdade de trabalho	87
6.2. Pressupostos subjetivos e pressupostos objetivos	88
6.2.1. Pressupostos subjetivos	88
6.2.1.1. <i>Capacidade dos sujeitos: contratação de menor</i>	88
6.2.1.2. <i>Posse de título profissional</i>	91
6.2.2. Pressupostos objetivos	92
6.2.2.1. <i>Atividade contratada</i>	92
6.2.2.2. <i>Forma</i>	92
6.3. Contrato-promessa	92
6.4. O contrato de trabalho como contrato de adesão	93
6.5. Forma do contrato	94
6.6. Invalidez do contrato	95
6.7. Cláusulas acessórias do contrato de trabalho	99
6.7.1. Cláusulas de limitação da liberdade de trabalho	99
6.7.1.1. <i>Pacto de não concorrência</i>	100
6.7.1.2. <i>Pacto de permanência</i>	104
6.7.1.3. <i>Cláusula de exclusividade</i>	107
6.7.2. Cláusula de experiência	108
6.8. Modalidades de contrato de trabalho	111
6.8.1. Contrato de trabalho a termo resolutivo	111
6.8.1.1. <i>Noção e modalidades</i>	111
6.8.1.2. <i>Admissibilidade</i>	112
6.8.1.2.1. <i>Requisitos materiais</i>	112
6.8.1.2.2. <i>Requisitos formais</i>	114
6.8.1.3. <i>Duração</i>	115
6.8.1.3.1. <i>Duração mínima</i>	115
6.8.1.3.2. <i>Duração máxima</i>	117
6.8.1.4. <i>Renovação</i>	119
6.8.1.5. <i>Celebração sucessiva de contrato de trabalho a termo</i>	122
6.8.1.6. <i>Cessação de contrato de trabalho a termo por decurso do prazo</i>	124
6.8.1.6.1. <i>Caducidade de contrato de trabalho a termo certo</i>	124

ÍNDICE

6.8.1.6.2. <i>Caducidade de contrato de trabalho a termo incerto</i>	125
6.8.1.7. <i>Contratos de trabalho com termo legal</i>	126
6.8.1.8. <i>Direitos e deveres do trabalhador a termo</i>	128
6.8.2. Trabalho a tempo parcial	129
6.8.3. Trabalho intermitente	131
6.8.4. Comissão de serviço	133
6.8.5. Teletrabalho	137
6.8.6. Trabalho temporário	139
6.8.6.1. <i>Considerações introdutórias</i>	139
6.8.6.2. <i>O contrato de utilização</i>	140
6.8.6.3. <i>O contrato de trabalho temporário</i>	143
6.8.6.4. <i>O contrato de trabalho por tempo indeterminado para cedência temporária</i>	144
6.8.6.5. <i>O regime de prestação de trabalho nos contratos de trabalho temporário e por tempo indeterminado para cedência temporária</i>	145
7. DIREITOS, DEVERES E GARANTIAS DAS PARTES	149
7.1. Deveres gerais das partes	149
7.1.1. Dever geral de boa fé	149
7.1.2. Dever geral de colaboração	149
7.1.3. Dever geral de respeito	150
7.2. Direitos, deveres e garantias do trabalhador	150
7.2.1. Deveres do trabalhador	150
7.2.1.1. <i>Dever de obediência</i>	151
7.2.1.2. <i>Dever de zelo e diligência</i>	153
7.2.1.3. <i>Dever de lealdade</i>	153
7.2.2. Direitos e garantias do trabalhador	156
7.2.2.1. <i>Direito à prestação efetiva de trabalho</i>	157
7.2.2.2. <i>Direito à retribuição</i>	158
7.2.2.3. <i>Direito à limitação da jornada de trabalho/direito ao descanso</i>	158
7.2.2.4. <i>Direito à prestação de trabalho em condições de segurança e saúde</i>	159
7.2.2.5. <i>Direito à formação profissional</i>	159

DIREITO DO TRABALHO DA TEORIA À PRÁTICA

7.2.2.6.	<i>Direito à estabilidade quanto ao objeto e local de trabalho</i>	160
7.2.2.6.1.	<i>Delimitação do objeto do contrato</i>	160
7.2.2.6.2.	<i>Inamovibilidade geográfica</i>	163
7.2.2.7.	<i>Direito à antiguidade</i>	164
7.2.2.8.	<i>Direito à conciliação da vida profissional com a vida familiar</i>	164
7.2.2.9.	<i>Outras garantias</i>	165
7.3.	Direitos e deveres do empregador	165
7.3.1.	Poderes do empregador	165
7.3.1.1.	<i>Poder diretivo ou de direção</i>	166
7.3.1.1.1.	<i>Mobilidade funcional</i>	166
7.3.1.1.2.	<i>Mobilidade geográfica</i>	169
7.3.1.1.3.	<i>Alteração do horário de trabalho</i>	172
7.3.1.2.	<i>Poder regulamentar</i>	172
7.3.1.3.	<i>Poder disciplinar</i>	173
7.3.2.	Deveres do empregador	178
7.3.2.1.	<i>Dever de pagamento da retribuição</i>	178
7.3.2.2.	<i>Dever de tutela da segurança e saúde e de reparação de acidentes de trabalho e de doenças profissionais</i>	178
7.3.2.3.	<i>Dever de respeitar o exercício de direitos pelo trabalhador</i>	178
7.3.2.4.	<i>Dever de formação profissional contínua</i>	179
7.3.2.5.	<i>Deveres de informação</i>	179
8.	A RETRIBUIÇÃO	181
8.1.	Conceito de retribuição	181
8.2.	Modalidades de retribuição	186
8.3.	Determinação do montante da retribuição	187
8.4.	Forma, lugar e tempo do cumprimento	192
8.5.	Consequências do incumprimento da obrigação retributiva	194
8.5.1.	Inibição da prática de certos atos	194
8.5.2.	Mora	194
8.5.3.	Suspensão e/ou resolução do contrato e outras formas de proteção do trabalhador	194
8.6.	A proteção da retribuição	197
8.6.1.	Princípio da irredutibilidade	197

ÍNDICE

8.6.2. Irrenunciabilidade	198
8.6.3. Inadmissibilidade de compensação integral e de descontos	198
8.6.4. Impenhorabilidade parcial	199
8.6.5. Proibição de cessão total	200
8.6.6. Privilégios creditórios	201
8.6.7. Responsabilidade solidária de sociedades	202
8.6.8. Responsabilidade solidária de sócios e administradores	202
8.6.9. Fundo de Garantia Salarial	202
8.7. Prazo de prescrição dos créditos salariais	204
8.8. Documentos a entregar ao trabalhador	204
8.9. Aspetos fiscais e parafiscais relacionados com a retribuição	205
8.9.1. A tributação do rendimento em sede de IRS	205
8.9.2. As contribuições para a segurança social	206
9. DURAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO TEMPO DE TRABALHO	209
9.1. Noções e princípios gerais	209
9.2. Limites da duração do trabalho	210
9.2.1. Aspetos gerais	210
9.2.2. Adaptabilidade	211
9.2.3. Banco de horas	213
9.2.4. Horário concentrado	214
9.3. Horário de trabalho	215
9.4. Isenção de horário de trabalho	215
9.5. Intervalos de descanso, descanso diário e semanal	217
9.6. Trabalho por turnos	219
9.7. Trabalho noturno	220
9.8. Trabalho suplementar	221
9.9. Feriados	225
9.9.1. Noção, natureza e tipologias	225
9.9.2. Feriados obrigatórios	226
9.9.3. Feriados facultativos	227
9.10. Férias	228
9.10.1. Aquisição, vencimento, duração e gozo do direito a férias	228



DIREITO DO TRABALHO DA TEORIA À PRÁTICA

9.10.1.1.	<i>Regime geral</i>	229
9.10.1.2.	<i>Ano da contratação</i>	231
9.10.1.2.1.	<i>Contratos de duração superior a seis meses</i>	231
9.10.1.2.2.	<i>Contratos de duração inferior a seis meses</i>	235
9.10.1.2.3.	<i>Contratos de seis meses</i>	236
9.10.1.3.	<i>Reinício de prestação de trabalho após impedimento prolongado iniciado em ano anterior</i>	236
9.10.2.	Marcação	237
9.10.3.	Retribuição	239
9.10.4.	Alteração do período de férias	239
9.10.4.1.	<i>Por motivo relativo à empresa</i>	239
9.10.4.2.	<i>Por motivo relativo ao trabalhador</i>	240
9.10.5.	Cessação do contrato de trabalho	241
9.10.6.	Violação do direito a férias	242
9.10.7.	Exercício de outra atividade durante as férias	242
9.11.	Faltas	243
9.11.1.	Noção	243
9.11.2.	Faltas justificadas	245
9.11.2.1.	<i>Motivos e duração</i>	245
9.11.2.2.	<i>Regime</i>	249
9.11.2.2.1.	<i>Comunicação da ausência</i>	249
9.11.2.2.2.	<i>Prova do motivo invocado</i>	250
9.11.2.2.3.	<i>Efeitos</i>	252
9.11.3.	Faltas injustificadas	256
9.11.3.1.	<i>Âmbito</i>	256
9.11.3.2.	<i>Efeitos</i>	256
9.12.	Licenças	258
9.12.1.	Licenças relacionadas com a parentalidade	258
9.12.1.1.	<i>Licença em situação de risco clínico durante a gravidez</i>	259
9.12.1.2.	<i>Licença para deslocação a unidade hospitalar localizada fora da ilha de residência para realização de parto</i>	261
9.12.1.3.	<i>Licença por interrupção da gravidez</i>	262
9.12.1.4.	<i>Licença parental</i>	262



ÍNDICE

9.12.1.5.	<i>Licença por adoção</i>	271
9.12.1.6.	<i>Licença parental complementar</i>	272
9.12.1.7.	<i>Licença para assistência a filho</i>	274
9.12.1.8.	<i>Licença para assistência a filho com deficiência, doença crónica ou doença oncológica</i>	275
9.12.2.	Licenças relacionadas com o ensino e a formação profissional	276
9.12.2.1.	<i>Licença de trabalhador-estudante</i>	276
9.12.2.2.	<i>Licença para fins educacionais</i>	276
9.12.3.	Licença sem retribuição sem fins específicos	277
10.	VICISSITUDES CONTRATUAIS	279
10.1.	Transmissão da empresa ou estabelecimento	279
10.1.1.	<i>O conceito de transmissão</i>	279
10.1.2.	<i>O objeto do negócio transmissivo: a unidade económica</i>	280
10.1.3.	<i>O procedimento</i>	281
10.1.4.	<i>Os efeitos da transmissão</i>	283
10.2.	Cedência ocasional de trabalhadores	284
10.2.1.	<i>Considerações gerais</i>	284
10.2.2.	<i>Requisitos de admissibilidade da cedência</i>	285
10.2.3.	<i>O acordo de cedência</i>	286
10.2.4.	<i>Regime de prestação de trabalho</i>	290
10.2.5.	<i>Consequências da inobservância dos requisitos da cedência</i>	291
10.2.6.	<i>As estruturas de representação coletiva</i>	291
10.2.7.	<i>A cedência ocasional e o trabalho temporário</i>	291
10.3.	Redução da atividade e suspensão do contrato	292
10.3.1.	<i>Fundamento e efeitos gerais</i>	292
10.3.2.	<i>Suspensão por facto respeitante ao trabalhador</i>	293
10.3.3.	<i>Redução e suspensão por facto respeitante ao empregador</i>	293
10.3.3.1.	<i>Crise empresarial</i>	294
10.3.3.1.1.	<i>Fundamentos da medida</i>	294
10.3.3.1.2.	<i>Modalidades de redução da atividade</i>	296
10.3.3.1.3.	<i>Procedimento</i>	297

10.3.3.1.4.	<i>Prazo da suspensão ou da redução da atividade</i>	300
10.3.3.1.5.	<i>Formação profissional durante a redução ou a suspensão</i>	301
10.3.3.1.6.	<i>Os direitos do trabalhador durante a redução ou a suspensão</i>	301
10.3.3.1.7.	<i>Os deveres do trabalhador durante a redução ou a suspensão</i>	303
10.3.3.1.8.	<i>Os deveres do empregador durante a redução ou a suspensão</i>	304
10.3.3.1.9.	<i>Limitações que impendem sobre o empregador que recorra à redução ou à suspensão da atividade</i>	304
10.3.3.2.	<i>Encerramento e diminuição temporários da atividade</i>	305
10.3.4.	Redução e suspensão por acordo	306
10.3.4.1.	<i>Licença sem retribuição</i>	306
10.3.4.2.	<i>Pré-reforma</i>	306
10.4.	A declaração de insolvência do empregador	309
11.	CESSAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO	315
11.1.	Caducidade	317
11.1.1.	Caducidade dos contratos de trabalho a termo	317
11.1.2.	Impossibilidade superveniente, absoluta e definitiva, de o trabalhador prestar o seu trabalho ou de o empregador o receber	320
11.1.3.	Reforma do trabalhador	324
11.2.	Revogação	325
11.3.	Cessação por iniciativa do trabalhador	331
11.3.1.	Resolução com justa causa	331
11.3.1.1.	<i>Justa causa subjetiva</i>	332
11.3.1.2.	<i>Justa causa objetiva</i>	336
11.3.1.3.	<i>Procedimento</i>	338
11.3.1.4.	<i>Ilicitude da resolução</i>	339
11.3.1.5.	<i>Acesso a prestações de desemprego</i>	340
11.3.2.	Denúncia	341

11.4. Despedimento por iniciativa do empregador	344
11.4.1. Despedimento coletivo	344
11.4.1.1. <i>Requisitos</i>	345
11.4.1.2. <i>Procedimento</i>	352
11.4.1.3. <i>Direitos do trabalhador</i>	356
11.4.1.4. <i>Consequências do despedimento coletivo</i>	356
11.4.1.5. <i>Ilicitude do despedimento coletivo</i>	357
11.4.1.6. <i>Impugnação do despedimento coletivo</i>	358
11.4.2. Despedimento por extinção do posto de trabalho	358
11.4.2.1. <i>Requisitos</i>	359
11.4.2.2. <i>Procedimento</i>	359
11.4.2.3. <i>Direitos do trabalhador</i>	360
11.4.2.4. <i>Ilicitude do despedimento por extinção do posto de trabalho</i>	360
11.4.2.5. <i>Impugnação do despedimento por extinção do posto de trabalho</i>	361
11.4.3. Despedimento por inadaptção	361
11.4.3.1. <i>Fundamento</i>	361
11.4.3.2. <i>Procedimento</i>	362
11.4.3.3. <i>Direitos do trabalhador</i>	363
11.4.3.4. <i>Ilicitude do despedimento por inadaptção</i>	363
11.4.3.5. <i>Impugnação do despedimento por inadaptção</i>	364
11.4.4. Despedimento por facto imputável ao trabalhador	364
11.4.4.1. <i>Fundamento</i>	364
11.4.4.2. <i>Procedimento</i>	365
11.4.4.3. <i>Ilicitude e irregularidade do despedimento por facto imputável ao trabalhador</i>	370
11.4.4.4. <i>Impugnação do despedimento por facto imputável ao trabalhador</i>	371
11.4.5. Consequências da declaração de ilicitude do despedimento	371
11.4.6. Regras especiais relativas a contrato de trabalho a termo	373
11.4.7. Consequências da mera irregularidade do despedimento	374
12. OS CONFLITOS COLETIVOS DE TRABALHO: A GREVE	375